

PESQUISA INTERDISCIPLINAR NO MUNICÍPIO DE STA. BRIGIDA, ESTADO DA BAHIA, em curso financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo —

Informações prestadas pela profa. Lia Freitas Garcia Fukui, que estuda a organização da família nas duas comunidades.

Idem pelo cineasta Sergio Muniz, que ali realizou um documentário.

Ver também o documentário O POVO DO VELHO PEDRO, dirigido e executado por Sergio Muniz, de 1 hora e 10 minutos de duração, em que a organização igualitária de Sta. Brigida ressaltada de maneira muito viva.



ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de — *Obras científicas, políticas e sociais*.  
 Colligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão, 1963, 3 vol., 1480 pp.

Comentando, há algum tempo, o aparecimento de pequeno volume reunindo alguns dos *Escritos políticos* do Patriarca da Independência, lembrávamos o quanto estava fazendo falta uma *Bonifaciana* que reunisse, senão tudo, pelo menos o que de mais importante escreveu o grande Andrada nos vários setores da cultura pelos quais se interessou, e que vão desde a mineralogia até a economia, da política à pedagogia, da história à poesia. E na mesma ocasião dizíamos saber que o sr. Edgard de Cerqueira Falcão preparava uma edição da *Opera omnia* andradina, a ser lançada em breve. Graças à nímia gentileza do erudito autor de "Relíquias da Bahia", podemos dizer, agora, que a *Bonifaciana* chegou... e veio muito mais valiosa e rica do que poderíamos imaginar, a traduzir aquele carinho e aquela dedicação, aquele cuidado e aquele toque de bom gosto que Edgard de Cerqueira Falcão sabe pôr em todos os trabalhos que empreende.

Os três grandes volumes compreendendo as *Obras científicas, políticas e sociais* de José Bonifácio, edição monumental comemorativa do bicentenário de seu nascimento, transcorrido a 13 de junho de 1963, representam, não apenas a grande homenagem da cidade de Santos ao maior dos seus filhos, mas a mais expressiva e duradoura das comemorações prestadas àquele que foi, sem dúvida, o maior homem de seu tempo, talvez o maior gênio político de nossa história e certamente uma das grandes expressões da cultura americana de todos os tempos. Em longo prefácio explica o organizador da edição a tarefa de que foi incumbido pela municipalidade santista, na qual se empenhou de corpo e alma, sem desfalecimento, até vê-la definitiva e completamente concluída. A longa e exaustiva pesquisa realizada por Cerqueira Falcão para reunir o que Bonifácio escrevera em revistas especializadas da Europa, resultou numa contribuição das mais valiosas para a história da ciência brasileira. Quem o atesta não é apenas o organizador da obra — e sua opinião seria suficiente, tal o sentido de seriedade e probidade intelectual que costuma imprimir aos seus trabalhos. Não. Quis mais o sr. Falcão. Submeteu as contribuições científicas de José Bonifácio que não são de sua especialidade (a mineralogia e a geologia) à análise severa de grandes especialistas brasileiros, rogando-lhes que emitissem suas opiniões quanto à atualidade e ao valor de todas elas. Unânimemente atestaram todos o cabedal extraordinário das observações de Bonifácio, feitas dentro das condições e dos recursos da época, com absoluta exatidão, permanecendo válidos até o momento os dados originais que aduziu.

O primeiro volume reúne dezessete trabalhos científicos (entre originais e traduções), todos eles reproduzidos fac-similamente, o que dá à obra um cunho de inigualável autenticidade. Entre esses trabalhos, destacamos a memória sobre a pesca da baleia, publicada originalmente pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1790, a memória sobre os diamantes do Brasil, nas versões francesa e inglesa, aquela publicada em Paris, nos "Annales de Chimie", e esta no "Journal of Natural Philosophy", de Londres, ambas no ano de 1792, e o relato da viagem mineralógica pela província de São Paulo, dado igualmente na versão francesa dos "Journal des voyages" de 1827 e na versão brasileira, publicada no Rio de Janeiro em 1846.

Terminada a seleção das memórias científicas, tratou Cerqueira Falcão de obter o material relativo às contribuições políticas e sociais, conseguindo reunir peças originais extremamente raras existentes no Arquivo do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional, peças todas reproduzidas também em fac-símile nos outros dois volumes desta riquíssima bonifaciana.

Abre-se o segundo volume com erudita introdução de José Honório Rodrigues sobre o pensamento político e social de José Bonifácio (excelente prefácio, pois situa o Andrada no panorama da cultura brasileira de seu tempo) a uma série de trabalhos que vão desde peças de circunstância, como as justificativas de numerosos atos de governo e a correspondência diplomática, até a representação sobre a escravatura ou o manifesto de 6 de agosto, este notável documento "feito ao mesmo tempo com o coração e o cérebro", como dele disse Otávio Tarquínio de Souza, assinado por D. Pedro, mas de autoria incontestada de José Bonifácio. Enérgico, vibrante, excessivo talvez — lembra ainda o saudoso historiador — "nêle se expande sem reboços a revolta brasileira contra o que houvera de mais opressivo nos três séculos de dominação colonial". Nêle, pela primeira vez, o Brasil fala de igual a todas as nações livres. Quanto à representação sobre a escravatura, que deveria ser apresentada à Assembléa Constituinte quando esta foi dissolvida, foi redigida com tal eloquência e tal autoridade decorrente da enorme soma de conhecimentos e experiências, que não poderia deixar de infundir algum proveito ao Brasil, mas que, parece, custou caro ao seu autor, pois não é sem propósito atribuir o desprestígio em que caiu Bonifácio logo após a independência, às suas idéias emancipacionistas, as quais, naturalmente, chocaram-se com os interesses da aristocracia agrária sob cuja égide se estruturava o nascente Império. Figuram, ainda, neste volume, entre outras coisas, as representações de 1821 ao então príncipe-regente, o futuro Pedro I, e que tiveram decisiva influência na sua resolução de permanecer no Brasil, movimento por assim dizer preparatório de outro, de maior vulto, que levou à jornada de 7 de setembro.

O terceiro volume tem início com excelente estudo de Francisco de Assis Barbosa sobre o papel de José Bonifácio no movimento da independência e é em grande parte consagrado à reprodução fac-simil de documentos pessoais de interesse para a vida e a obra do Andrada Ilustre. O mais antigo é a sua carta de Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, datada de 8 de julho de 1788 e o último é a cópia do diário clínico de seus médicos assistentes e relativo aos derradeiros dias de sua existência. Quarenta e dois documentos assinalam notoriamente o meio século em que o grande vulto atuou, na Europa e no Brasil, como "homem de pensamento e de ação" que sempre foi. Completam este terceiro volume artigos de Antônio de Almeida Prado sobre a enfermidade de José Bonifácio, de Carlos H. Liberalli (um dos eficientes colaboradores de Cerqueira Falcão na organização desta obra) sobre "Werner, o mestre de José Bonifácio", e os elogios póstumos de Emílio Joaquim da Silva Maia na Academia Imperial de Medicina no mesmo ano de seu falecimento, e o de Latino Coelho, quarenta anos mais tarde, na Real Academia das Ciências de Lisboa. Para o grande escritor português, "teve José Bonifácio todas as fortunas que lisongeiavam a ambição, todas as contradições com que se fortalece o desengano. Teve a idolatria das multidões e a perseguição dos inimigos; o favor das coroas e a ingratitude dos potentados; a estátua e o exílio".

Com exceção das obras literárias, aqui temos, pois, uma *Bonifaciana* completa na parte referente à sua produção científica, política e social. Os três volumes organizados por Edgard de Cerqueira Falcão totalizam quase mil e quinhentas páginas, sendo de salientar-se, como já o frisamos, que todos os trabalhos do grande Andrada são reproduzidos em fac-símiles. Permanecerão eles o *aere perennius* que, mais do que o bronze, para lembrar as palavras de Horácio, atestarão o reconhecimento que a cidade de Santos, ao ensejo do bicentenário andradino, tributou ao seu inelito filho e nos quais o sr. Cerqueira Falcão pôs toda a sua dedicação e todo o zelo que já nos habituamos a ver em outros trabalhos de sua lavra. — ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

MACHADO DE ASSIS, *Dom Casmurro*, tradução russa de T. Ivanova, com prefácio de Ina Terterian, *Goslitizdat* (Editôra Literária Estatal), Moscou, 1961, 318 pp.

A literatura brasileira tem sido objeto, nos últimos anos, de considerável interesse na União Soviética. É verdade que o critério da seleção das obras nem sempre nos parece muito seguro, mas, assim mesmo, de quando em quando se traduzem os livros realmente significativos. Aliás, é preciso levar em conta que em outros países, que há muito mais tempo mantêm relações culturais com o Brasil, a seleção das obras freqüentemente também deixa muito a desejar.

Machado de Assis é conhecido na U.R.S.S. por referências em trabalhos especializados, de pouca divulgação, mas também pela publicação, em 1959 (*Goslitizdat*), de três contos numa antologia do conto brasileiro: "Missa do galo", "Anedota pecuniária" e "Pai contra mãe" (é o autor que figura no livro com a participação mais extensa). Naturalmente, a publicação do romance *Dom Casmurro* contribui para aproximar o leitor russo do mundo machadiano.

Ina Terterian, autora do Prefácio, é bem conhecida em seu país como divulgadora da literatura brasileira, sobre a qual já escreveu muitos ensaios e, ainda recentemente, o livro *O romance brasileiro do Século XX (Brasliki roman XX veka*, Editôra Nauka — Ciência — 1965).

No texto em questão, ela estabelece uma diferenciação categórica, na crítica machadiana brasileira, entre uma "crítica reacionária", que "busca apresentar Machado como um cético sombrio, que odiava e não compreendia a vida" e uma "crítica progressista", cujos representantes "apreclam o escritor pela criação de um quadro verídico e acusador da realidade de seu tempo". Semelhante divisão nos parece bastante esquemática, mas não é isto o que mais interessa examinar no momento, e sim a maneira pela qual se tratou o texto de Machado, a partir dessa premissa.

No Prefácio, pode-se ler: "Das páginas no romance *Dom Casmurro*, erguem-se ante o leitor a rua de Matacavalos, seus antigos palacetes com baixos-relevos em estuque (1) e as choças dos miseráveis, que morrem de doenças e de fome". Evidentemente, trata-se de uma alusão ao episódio do leproso, desenvolvido a partir do Cap. LXXXIV. O quadro apresentado por Machado comporta esta alusão às "choças dos miseráveis", pois se tratava de "uma loja de louça, escassa e pobre". E a visão sinistra do cadáver do leproso na cama é acompanhada de pinceladas rápidas e essenciais como esta: "... à porta da alcova duas crianças olhavam espantadas para dentro, com o dedo na boca" (Cap. LXXXV). Mas o episódio, que é magnífico, está pedindo tratamento um pouco mais desenvolvido, que marque a dialética, evidente no texto, entre a vida e a morte, entre a realidade sinistra e a hipocrisia dos que prosseguem nos seus afazeres, e têm na morte de um amigo apenas um "pretexto honesto", como sucede a Bento no Cap. LXXXVIII, ou trazem à mente a imagem das violetas que, "para terem um cheiro superior, não mister de esturme de porco" (Cap. XCII). Evidentemente, porém, um Prefácio de nove páginas, e que trata da obra de Machado em conjunto, não permite semelhante desenvolvimento.

(1) No texto de Machado, fala-se em «pintura do teto e das paredes» (Cap. II).

Frisando sempre os aspectos sociais do romance, a prefaciadora escreve: "No romance *Dom Casmurro*, Machado expressou claramente a sua não-aceitação da realidade de seu tempo. O tema dessa obra — o tema das "ilusões perdidas" — não era novo na literatura européica. No escritor brasileiro, no entanto, ele não se resolve num plano amplo, social, mas no puramente psicológico. A modificação do caráter de um homem, em quem o sópro severo da existência mata a fé no amor e na fidelidade — eis o que impressiona o criador do romance.

"Ao drama que atingiu a personagem principal, Bento, dedicam-se apenas as cinquenta ou sessenta páginas finais do livro. A maior parte deste trata da infância de Bento e de seu amor por Capitu. São as páginas mais luminosas que Machado de Assis jamais escreveu. Ali, ele afirma direta e francamente o seu ideal das relações humanas. Por isto, *Dom Casmurro* constitui como que a obra programática do escritor.

"Machado representa o mundo ligeiramente ilusório do puro amor juvenil, quando nenhuma falsidade ainda se esgueira no coração. A voz zombeteira do autor, que comentava cada passo das personagens nos demais livros de Machado, emudece ante o frêmito sensual do primeiro beijo de Bento e Capitu. A entonação habitual do escritor, um tanto seca e irônica, é substituída pela narrativa perturbada de um adolescente, que experimenta pela primeira vez o encanto infinito da existência. Capitu não se tornou para Bento apenas a esposa amada. Nela está toda a poesia, todo o encantamento da vida. É por isto que aparece tão romântica a sua imagem, com os imensos olhos ciganos, côr de onda marinha, que parecem absorver em si o interlocutor".

Não obstante o enfraquecimento da imagem dos "olhos de ressaca" de Capitu, devido aos percalços da tradução, tem-se aí, segundo nos parece, uma formulação interessante.

Nas linhas finais dedicadas ao romance, a prefaciadora escreve: *Dom Casmurro* é o mais perfeito dos romances de Machado de Assis. Seu estilo é simples, claro, transparente. O autor quase não aplica melos expressivos complexos — sejam metáforas, sejam parábolas. E o próprio fato de estar o romance dividido em pequenos capítulos tem sua justificação interior: deste modo, como que se sublinha a minúcia da análise psicológica, o interesse entranhado pelas alterações quase imperceptíveis da vida íntima do herói.

"As características psicológicas mesmo de personagens episódicas aparecem admiravelmente em relevo, em todo o seu laconismo. Tais são não só o agregado José Dias ou tia Justina (2), mas também o jovem que morre de lepra ou Cabral, o "protonotário apostólico" embora lhes sejam dedicadas umas poucas páginas".

A prefaciadora faz uma análise sumária das demais obras de Machado e procura situá-lo em seu tempo. Depois de se referir aos naturalistas brasileiros, com o seu interesse pelos problemas da sociedade, pelas classes menos favorecidas, Ina Terterian escreve: "Afastado dos escritores naturalistas, Machado visava o mesmo objetivo. Todavia, as obras de Machado de Assis apresentavam uma qualidade nova, que serviu de base para a formação de um método novo. Essa qualidade era o psicologismo, o tratamento do caráter humano como objeto fundamental do conhecimento artístico. O psicologismo de Machado foi em grande parte determinado pela sua aprendizagem com os escritores da Europa Ocidental. Na crítica brasileira, já se falou muito da influência dos romancistas ingleses sobre Machado. O escritor se aparenta com eles pela ironia — forma essencial de manifestação de sua relação crítica com o que descrevia. Mas a ironia é arma de dois gumes. Em Machado, ela aparece frequentemente contaminada de ceticismo e pessimismo. Dedicam-se menos atenção à relação de Machado de Assis com o realismo francês, embora Flaubert, com a sua anatomia externamente desapalxonada da alma humana, tenha dado muito, sem dúvida, ao escritor brasileiro. Merece também pesquisa atenta a questão da influência dos escritores

(2) No texto original, «prima Justina».

russos sobre Machado. Pode-se perceber a tradição de Dostolévski no desnudamento implacável dos impulsos interiores mais secretos da personagem, que surpreende o leitor em alguns episódios de *Dom Casmurro*, como, por exemplo, na cena do suicídio malogrado de Bento e na tentativa de envenenar o pequeno Ezequiel". Influências russas em Machado? Eis um tema que nos parece difícil de fundamentar, mas que por isto mesmo se apresenta fascinante. Esperemos que a prefaciadora o desenvolva em trabalhos futuros.

Quanto à tradução, o mais justo é caracterizá-la como transposição de Machado para um estilo fluente, normal, o estilo de um escritor russo médio. Embora seja a prática mais corrente nas traduções publicadas mundialmente, temos de convir que se trata de uma prática lamentável.

Ainda recentemente, Kornél Tchukóvski, em seu livro *Contemporâneos (Sovremeniéni)*. Editora *Molodaia Gvárdia*, Jovem Guarda, Moscou, 1963), tratava das dificuldades tremendas da tradução de Tchekhov para qualquer língua estrangeira, o que exigiria do tradutor qualidades de grande escritor, no manejo dos recursos da língua. No caso de Tchekhov, isto se dá em virtude da exploração originalíssima das sutilezas da língua russa, com o emprêgo de expressões cuja ausência empobrece e descora inevitavelmente o texto.

Em Machado, apesar de toda a sobriedade estilística, tantas vezes notada, há certo negacear de quem diz e não diz, de quem quer e não quer, giros sem os quais a ironia, deixando de se refletir no plano da construção sintática, não aparece tão sublinhada. É verdade que, além disso, a tradução se afasta aqui e ali do original, não por descuido (o que se perceberia por eventuais omissões), mas devido à compreensão insuficiente do texto.

Não podemos queixar-nos da tradutora se, no Cap. XII, a expressão "fêz-se côr de pitanga" aparece simplificada para "abrasou-se". Trata-se realmente de uma passagem muito difícil, pois o leitor russo não sabe o que é pitanga, e, no caso, de nada adiantaria uma nota de rodapé. Outras passagens da tradução nos parecem, porém, menos desculpáveis. De modo geral, no decorrer de todo o livro, há uma substituição de verbos no subjuntivo por formas no indicativo, de frases interrogativas por afirmativas, uma redução das construções subordinativas, etc. Em suma, um falseamento contínuo de tom. Vejamos dois exemplos, comparando o texto de Machado com a retradução de passagens do russo para o português (procuraremos não cometer infidelidade nesta segunda operação).

#### ORIGINAL

Assim chorem por mim todos os olhos de amigos e amigas que deixo neste mundo, mas não é provável. Tenho-me feito esquecer. Moro longe e saio pouco. Não é que haja efetivamente ligado as duas pontas da vida. Esta casa do Engenho novo, conquanto reproduza a de Matacavalos, apenas me lembra aquela, e mais por efeito de comparação e de reflexão que de sentimento. Já disse isto mesmo. (Cap. CXLIV)

#### E BEM, E O RESTO?

Agora, por que é que nenhuma dessas caprichosas me fêz esquecer a primeira amada do meu coração? Talvez porque nenhuma tinha os olhos de rêsaca, nem os de cigana obliqua e dissimulada. Mas não é este próprio o resto do livro. O resto é saber se a Capitu da praia da Glória já estava dentro da de Matacavalos, ou se esta foi mudada naquela por efeito de algum caso incidente. (Cap. CXLVIII)

#### TRADUÇÃO

Assim chorarão minha morte amigos e amigas, deixados neste mundo, o que, aliás, é pouco provável. Todos êles me esqueceram. Moro longe dêles e saio pouco.

Não consegui unir o início e o fim da vida. Embora minha casa no Engenho Novo se assemelhe à velha casa da rua de Matacavalos, a primeira me lembra pouco a segunda e não desperta em mim sentimentos peculiares. Já tratei disto.

#### BEM, AÍ ESTA TUDO

Por que então nenhuma das belas expulsou de meu coração o primeiro amor? Talvez porque nenhuma tinha olhos semelhantes à onda marinha, que atraem e que mentem, como os de uma cigana? Mas não é nisso que está o essencial. O mais importante é que nos falta esclarecer se a Capitu da rua de Matacavalos era a mesma da rua da Glória, ou se ela se modificou por alguma circunstância casual.

Evidentemente, a interrogação suprimida no título do capítulo final do livro é fundamental na construção machadiana. A incerteza, a dúvida, a ambigüidade são substituídas em parte pela afirmação.

Tôdas estas observações sobre a tradução russa de *Dom Casmurro* têm em mente um padrão elevado de exigência. Na realidade, estamos longe de alcançá-lo na prática internacional corrente. E não nos atreveríamos a emití-las, se observássemos fielmente o preceito de que só deve atirar a primeira pedra aquele que esteja realmente sem pecado. — BORIS SCHNAIDERMAN.

MONTELLO, Josué — *Santos de Casa*, Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1966, "Coleção Carnaúba", vol. 2, 304 pp.

O volume 2 da "Coleção Carnaúba" apresenta ensaios variados de Josué Montello, onde ao lado dos "santos de casa", Alencar, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Correia de Araújo, Gonçalves Dias e outros, nos deparamos com Bocage, que, "além de haver nascido em Portugal, nada tinha de santo" (p. 5). Sua inclusão, entretanto, se justifica, pois é pretexto para a apresentação de um panorama da época em que esteve no Brasil, a exemplo daquele que nos fornece o artigo "Cronistas de Ontem", onde encontramos tantos dados que convidam a uma pesquisa sistemática das crônicas de fins do século passado e começo do atual, pois é grande a riqueza do material que o Autor nos permite entrever.

A tendência para o panorama histórico evidencia-se no decorrer de todos os estudos, tanto por meio do aproveitamento de dados biográficos quanto pela utilização de elementos fornecidos pela literatura comparada, que revelam a erudição do Autor e o contato sistemático com obras estrangeiras. Este aspecto é importante, se lembrarmos que, além de uma atividade constante no setor ensaio, Josué Montello tem publicado romances que lhe asseguram um lugar de destaque entre nossos escritores contemporâneos. O panorama de suas leituras habituais, bem como a perspectiva sob a qual analisa esses textos oferecem aos críticos elementos preciosos para a compreensão de sua obra de ficcionista, pois a recente publicação nos permite entrar em contato com autores de sua "admiração" e "convívio", no decorrer de uma leitura variada e agradável. — ALIETTE FONTANA.

BORBA FILHO, Hermilo — *Fisionomia e Espírito do Mamulengo* (o teatro popular do Nordeste) — Edição ilustrada. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1966, 296 pp. (Brasiliana, vol. 332).

Nem todos sabem que o simpático "amarelinho", o célebre João Grilo das proezas dos folhetos de cordel, tem muitos parentes próximos e tão populares quanto ele entre os bonecos dos teatros de marionetes, ainda bem vivos nas cidadezinhas do Nordeste. É para esse mundo encantado e pitoresco que nos transporta Hermilo Borba Filho ao tentar desvendar a *Fisionomia e Espírito do Mamulengo*, no primeiro estudo em profundidade sobre o tema, resultado de uma pesquisa realizada para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Na parte inicial do ensaio entramos em contato com preciosos dados colhidos por Jacques Chesnais em sua *Histoire Générale des Marionnettes* (Paris, Bordas, 1947), que constitui, segundo o Autor, o mais completo estudo sobre o assunto. Uma visão retrospectiva permite-nos acompanhar as feições que assume este tipo de manifestação popular através dos tempos, nos mais longínquos recantos, desde a China, Java, Turquia, Egito, Índia, Ceilão, ilhas de Sonda, Birmânia, Japão, Pérsia, Grécia, Roma, Espanha, Hungria, Bélgica, Itália, Inglaterra, Holanda, Alemanha, França, Suíça, Rússia, Sudão francês, Peru, México e Estados Unidos. Partindo-se das sombras que o homem primitivo gostava provavelmente de fazer à luz da fogueira contra a parede das cavernas, passamos pelos jogos de sombras, as chamadas "sombras chinesas", e chegamos às marionetes. Com o Império Romano elas correram o risco de desaparecer, "por uma reação inevitável contra o antropomorfismo pagão" (p. 22), mas a Idade Média propiciou um reflorescimento, pois a Igreja utilizou largamente este recurso para que "a fraca inteligência das massas tomasse conhecimento das abstrações" (p. 22). A medida que se libertam da influência religiosa, surgem o teatro e a marionete profanos, em espetáculos de feiras, ao lado de pantomimas, pelotiques e acrobacias, e são freqüentes e variadas as notícias que nos vêm dos séculos XVII e XVIII, quando estiveram em grande voga, sofrendo um processo de aperfeiçoamento mecânico que permitiu o requinte da apresentação de textos eruditos.

A exposição histórica ressent-se de uma certa dispersão, que confunde várias vezes o leitor, talvez por ter o Autor seguido uma linha cronológica, citando mais de uma vez o mesmo país em trechos espaçados, inclusive através de diários e impressões de viajantes. Seria preferível que a evolução da marionete fosse apresentada pela ordem dos continentes, ou simplesmente contrapondo Oriente e Ocidente, e neste os países de línguas germânicas e latinas: desta maneira teríamos o confronto de tipos diversos de mentalidade, a que aliás faz menção o Autor. Essa falha não chega, entretanto, a prejudicar o interesse da leitura, pois nos deparamos constantemente com aspectos curiosos e desconhecidos, ao sabermos, por exemplo, que determinado tipo de manifestação, cenas pintadas em papéis, que se prendem aos jogos de sombras, são o ancestral mais remoto do desenho animado (p. 9), ou que as sessões de Séraphin, mestre em sombras chinesas, permitiram que o parisiense tivesse, pela primeira vez, uma idéia do que seria o cinema (p. 40). Um elo parece unir tôdas as modalidades de espetáculo que agradam à infância e ao povo, identificados em sua ingenuidade e no gosto por certas formas mais rudes de expressão do cômico. É ainda partindo de mestre Séraphin que somos levados a meditar sobre as constantes que envolvem todos os tipos de manifestação popular, através dos tempos: "Séraphin representava diariamente, dando duas sessões aos domingos, prestigiado pelo rei e pelo público, mas quando chega a Revolução ele guilhotina, em sombra, as figuras reais. Futuramente isto deveria ter um nome de polêmica: teatro dirigido" (p. 40).

O Autor não perde de vista, ao fazer este minucioso retrospecto histórico, o preparo de nosso espírito para determinados aspectos que se reproduzem no Brasil e que nos poderíamos chocar à primeira vista, como a obscenidade, por exemplo, se não soubéssemos pertencermos êles a um patrimônio comum, a luxúria prestandose, neste caso, a exemplificar a contradição da alma humana, no eterno combate entre o bem e o mal (p. 20). Nesta primeira parte ainda, a reprodução ocasional de trechos de peças do teatro de marionetes estrangeiro permite-nos recuperar a simplicidade primitiva necessária para que nos integremos aos poucos e venhamos a participar do gozo proporcionado por uma representação mais direta e rude, que se afasta bastante da relativa "bienséance" e da linguagem mais cuidada a que nos habituamos mesmo no teatro de nossos dias. É justamente esta forma de manifestação que vamos encontrar nas cidadezinhas do Nordeste, graças a um anacronismo feliz, contrapondo-se frontalmente àquele reinado de bonecos dotados de tôdas as perfeições mecânicas. Ninguém melhor do que o Autor para explicá-lo: "Sempre detestei os bonecos disciplinados dos Podreca; por exemplo, as marionetes de fio que tentavam imitar o ator de carne e osso,



uma contrafação, portanto, do homem. Em troca, os bonecos de luva — arbitrários, anti-realistas, poéticos — deleitavam-me. Cheiroso, o velho titeriteiro pernambucano, pernóstico, analfabeto, inconsciente, praticou um mamulengo de exatas medidas populares, continuando uma corrente que se estende do Egito antigo ao *babau* de Manuel Amendoim de Goiana. Com Cheiroso entramos no mundo da marionete popular, selvagem, pura, angélica. Dêle partiu a descoberta de um mundo que só me aventurei a explorar agora, nessa pesquisa mais poética do que erudita" (...) (p. XIII).

Na segunda parte do estudo encontramos então as manifestações do teatro de marionetes no Brasil. O trabalho, dada a bibliografia especializada bem reduzida, segundo podemos constatar pelo levantamento a que procedeu o Autor, dirige-se de preferência para uma tomada de contato diretamente com os mamulengueiros, com seus espetáculos e com as pessoas de mais idade, em capitais e cidades do interior do Nordeste, além da pesquisa através de historiadores e cronistas, na tentativa de estabelecer a história do mamulengo em Pernambuco, "único Estado em que se pode acompanhar com mais precisão uma história do seu desenvolvimento até os dias de hoje" (p. 79). É assim que temos notícia do Doutor Babau, o mamulengueiro mais famoso de Pernambuco, e de Cheiroso, seu sucessor. Lamenta-se a propósito que as entidades culturais não se tenham interessado em preservar seus bonecos ou em gravar suas representações, salientando-se somente a iniciativa do Teatro do Estudante de Pernambuco, que num esforço para valorizar tôdas as formas de teatro popular, além de tentar a renovação dos processos de representação e a fixação do autor da região, entrou em contato com Cheiroso e chegou a apresentar um mamulengo erudito, com peças de Lorca, Ariano Suassuna e José de Moraes Pinho, as duas últimas reproduzidas integralmente no presente estudo. O espetáculo popular, porém, "é, na sua maior parte, improvisado. É claro que eles têm um roteiro para a história, jamais escrita, mas os diálogos são inventados na hora, ao sabor das circunstâncias e de acordo com a reação do público" (p. 99). Daí a reprodução de textos não servir de base para uma apreciação devida do espetáculo. (O Autor gravou e reproduz, no entanto, duas peças de Januário de Oliveira, uma de Manuel Amendoim e trechos do espetáculo de José Petronilo Dutra). A participação da platéia favorece a crítica a pessoas e entidades, sendo digna de nota a preocupação, ou melhor, a implicação social do teatro de Januário de Oliveira, sucessor de Cheiroso, pernóstico, falante, dono de uma imaginação prodigiosa e mestre na arte do mamulengo. Com uma pequena diferença: "O de que êle faz questão é instalar os alto-falantes e pendurar um microfone ao pescoço, pois "meu espetáculo é todo irradiado". Trata os espectadores de "meus caros ouvintes" e não perde oportunidade para dizer que é o "primeiro diretor-artístico (?) do Nordeste." Validades naturais num artista de sua categoria, que vive nesta época de tanto adiantamento técnico, os divertimentos populares não fugindo a essa influência" (p. 113). Mas é através da representação de Manuel Amendoim que sentimos de maneira mais clara, na fusão de assistência e atôres, o caráter anti-ilusionista deste tipo de manifestação popular: "No oitão do bar de seu Ilu, dentro de uma tenda de palha, o povo enchendo a rua, Manuel Amendoim começa a sua função. Do lado de fora da tenda fica um homem, uma espécie de mestre de cerimônia, para dialogar com os bonecos, com o mamulengueiro, levar recados, brigar com o público. Outro serve de intermediário entre o boneco que lhe dá o lenço e o espectador que dá a sorte, quando o lenço é colocado no seu ombro. O espetáculo é, então, uma mistura de bonecos e gente de carne e osso e deveria fazer as delícias de Brecht, que prega o anti-ilusionismo no teatro. A participação do público é total, dialogando e incitando os bonecos, embora já conheça tôdas as histórias" (pp. 148, 149). São mencionadas ainda as entrevistas com Manuel Francisco da Silva, de Cabedelo, e com José Petronilo Dutra, de Lagoa Nova. Preciosos são os dados colhidos em tôdas elas. Avalie-se, por exemplo, a importância das observações sobre José Petronilo, para o conhecimento da psicologia do mamulengueiro e

devida valorização de um espetáculo que lhe requer "vivência": "(...) é um homem muito alvo, de cabelos brancos alourados, caladão, grande fumante de cachimbo. Para arrancar uma palavra dele, é preciso ter muita paciência, mas durante o manejo dos bonecos passa da introspecção para uma transfiguração completa: canta, ri, diz piadas com o auditório e lança mão de obscenidades que fazem as delícias das senhoras e mocinhas. Não suporta meninos nos seus espetáculos e de vez em quando pára a função para dar uma bronca nos mais salientes. Na noite em que brinca, não dorme. Não consegue dormir. Os bonecos povoam a sua imaginação e fica andando pelo terreiro até o dia clarear" (p. 177).

Chega-se desta forma na terceira parte ao que se poderia chamar de "metafísica do boneco" (p. XV), estendendo-se o Autor em considerações que partem da configuração externa do fantoche, simplificada ao máximo, e estreitamente ligada ao trabalho do artista: o marionetista mais perfeito é o que sabe identificar personagem, boneco e manipulador, fundidos numa transfiguração: "A alma do homem dá ao boneco também uma alma e, nesta pureza, realizam um ato poético" (p. 267). Seguem-se reflexões sobre o sentido religioso das origens do mamulengo e sobre seu espírito popular por excelência, além de observações esparsas sobre as características do espetáculo. A transcrição da peça que Michel de Ghedelrode recolheu num velho teatro de bonecos da Bélgica, sobre a Paixão de Cristo, encerra o volume. Verifica-se novamente a dispersão: teria sido mais exemplificativo que o Autor a reproduzisse na primeira parte, a par das considerações sobre o teatro medieval, como o fez em relação ao fenômeno no Brasil, encerrando o volume com as reflexões sobre a estreita dependência entre titeriteiro e fantoche, que se fundem para uma criação num plano artístico transcendente: "O homem é um corpo pesado, sujeito às leis da gravidade, incapaz de levitação, por isto se substitui pelo boneco, numa tentativa de fugir a essa impossibilidade, procurando uma realidade mais profunda" (p. 267). Como vemos, as conclusões aí estão, fundamentadas na matéria exposta e no material recolhido: impõe-se apenas rever a articulação das partes, para que o ensaio esteja primoroso, pois a pesquisa "resulta menos numa coleta de dados do que numa fixação e numa posição do espírito dramático da comunidade" (p. XIV), e por ser não somente um trabalho de estudioso de folclore, mas de homem de teatro, abre-se em suas conclusões para um levantamento do que todas as formas de drama popular possuem em comum, além de traçar diretrizes para um aproveitamento brechtiano destes tipos de manifestação, dum anti-realismo acentuado, que exigem do espectador uma participação, "para suprir tudo o que é apenas sugerido" (p. 265). São muitos os dados que permitem avaliar a riqueza do material a ser aproveitado: a existência de um teatro de sombras, por exemplo, documentada por Beaurepaire Rohan na região do Ceará e Piauí, sob a denominação de *Presepe de calungas de sombra* (p. 84), não teria sido a fonte de inspiração para a montagem de um espetáculo como *Morte e Vida Severina* (1), auto de natal pernambucano que sensibilizou nacionais e estrangeiros por nos fazer sentir precisamente aquela atmosfera dramática, satírica e até mesmo sacra dos espetáculos populares em suas origens? Não será, pois, pretensão, se o Autor, ao desvendar esse mundo, estiver fornecendo dados "aos artistas eruditos para que descubram o verdadeiro caminho do teatro brasileiro" (prefácio a *Espectáculos Populares do Nordeste* (2), no aproveitamento dos elementos de nossa tradição popular.

São de um prazer incomparável as horas que passamos mergulhados nesse mundo mágico, alguns travando contato, outros revivendo cenas distantes e esquecidas, talvez, mas todos percebendo que, a par da seriedade do estudioso, permanece em nós (felizmente) uma parcela daquele estágio de pureza e espontaneidade que é o mundo de nossa infância. Cumpre-se dessa forma o desígnio do Autor,

(1) João Cabral de Melo Neto, música de Chico Buarque de Holanda, pelo TUCA, Teatro da Universidade Católica, direção de Sínei Siqueira, premiado no Festival do Teatro Universitário, Nancy, 1966.

(2) \*São Paulo, São Paulo Editora S.A., 1966, Coleção Buriti, vol. 10.

que, além de "revelar o mecanismo desse estranho e poético mundo", quis "fazer que se ame esta forma popular de espetáculo e arte dramática" (p. 66), num volume em que até as fotos são poesia (ver o embevecimento das crianças assistindo à representação de Cheiroso, pp. 105, 111 e 112). Não nos esqueçamos, porém, ao nos deixarmos levar por esse poder encantatório, que o que muito valoriza o trabalho é ter sabido o Autor fazer dessa pesquisa "mais poética do que erudita" um estudo sério, em profundidade, sobre um dos aspectos mais desprezados desse pedaço de alma do povo, ingênuo certamente, mas tão importante para a compreensão do mundo de lenda e poesia constituído pelas raízes de nossa tradição, e que é, afinal, uma sondagem da alma popular de todos os tempos. — ALIETTE FONTANA.

CUNHA, Antônio Lopes — *Presença do romanceliro*, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967, 265 pp.

Ocioso dizer da importância da literatura oral nas variadas formas para os estudos de antropologia, sociologia e lingüística.

O Brasil possui uma rica literatura oral, tradicionalmente portuguesa mas mesclada de elementos africanos e indígenas, que se encontra em vias de homogeneização estrutural e temática ou de desaparecimento graças à expansão dos modernos meios de comunicação, entre estes, principalmente o rádio. Daí ser possível lamentar não ter merecido uma maior atenção por parte dos estudiosos. Certamente não podemos nos olvidar dos valiosos trabalhos desenvolvidos por Silvío Romero e Pereira da Costa, em fins do século passado e começo do atual. Entre os contemporâneos alinham-se, no nordeste, Luís da Câmara Cascudo, Manuel Cavalcanti Proença, há pouco falecido, e Theo Brandão, contando o Brasil-sul com os estudos de Rossini Tavares de Lima, Brasil Bandecchi e Brailho de Nascimento, organizador da obra aqui resenhada e autor da premiada monografia sobre "Processos de variação do romance", publicada pela *Revista Brasileira de Folclore*, em 1964.

*Presença do romanceliro* foi concluído há cerca de vinte anos e contém versões colhidas até 1948. Consta de 71 versões maranhenses de 33 romances. Uma cuidada introdução ocupa as 15 páginas iniciais. No final do livro o leitor encontrará a música de alguns romances (D. Barão, Nau Catarineta, Conde Alberto, D. Branca).

Da introdução cumpre destacar os dados biográficos de Celso Magalhães, escritor maranhense cedo roubado às letras, incansável pesquisador da literatura oral corrente nas áreas urbana e suburbana de São Luís, sobre quem o exigente Silvío Romero, através da *Revista Brasileira*, em 1879, assim se manifestou: "Seu trabalho, o primeiro na data, é ainda hoje o melhor pelo critério". Nesta parte Antônio Lopes tece considerações gerais sobre a versificação dos romances, analisando rapidamente os aspectos lingüísticos fundamentais.

É ainda na introdução que revela o método usado na coleta, nada ficando a dever aos mais experimentados investigadores profissionais. De suas ponderações transcrevemos: "O nosso trabalho vimos, desde que iniciamos pesquisas acerca das sobrevivências do romanceliro hispano-americano no Maranhão, que não poderia se seleccionar textos menos deturpados e esperar achar os relatores mais bem dotados de que fala Carolina Michaëlis, pois dadas as circunstâncias em que se encontram as tradições populares no Brasil e a ignorância das camadas do povo que ainda se lembram dos romances e xácaras, o que se impunha era acolher todas as versões que não fóssem propriamente ineptas. Ademais, não sendo o nosso problema a resolver idêntico ao da reconstrução dos romanceliros de Portugal ou Espanha, a questão da selecção de textos desaparecia diante da necessidade de acolher o máximo de material ainda encontrável, a fim de proporcionar estudo comparativo. Quanto à escolha de relatores, que fazer, se todos se equivallam ou se equivalem?" (p. 8).

Abeberando-se primeiramente em Celso Magalhães o autor ampliou a área de indagação. Movido sempre pela curiosidade e meticulosidade científica recolheu material para seus estudos em vasta região do estado do Maranhão, abrangendo os municípios de Alcântara, Caxias, Vitória do Mearim, Viana, São João dos Patos, Pastos Bons, Coroatá etc. Também não desprezou as versões recolhidas por investigadores do porte de Curt Nlmuendaju, Raimundo Lopes e Milton Barbosa Lima.

O texto de cada versão é confrontado com os romances peninsulares publicados por Teófilo Braga, Carolina Michaëlis, Almeida Garrett e Menéndez Pidal.

Todos os romances são analisados em sua linguagem, mormente o vocabulário e a sintaxe, mostrando o arcaísmo do falar em certas regiões brasileiras, a que Pinder denominaria a "não-contemporaneidade do contemporâneo".

Não desculdou o autor de um aspecto importante, ou seja, a ambientação ecológica do romance que se adapta, como esforço de sobrevivência, ao seu meio físico e social. Arguto e sucinto escreve: "Por vezes, no elaborar suas versões, o povo maranhense resumiu ou sintetizou a mais não poder o romance que lhe viera de além-mar. Outras vezes, produziu lições mais extensas do que muitas dos peninsulares. Não raro desambientou, no todo ou em parte, o romance do meio europeu, trazendo a ação para o brasileiro, e, ainda, introduziu personagens e incidentes que criou" (p. 12).

Como as investigações lingüísticas sobre o português falado no Brasil estão necessitando de um enfoque sociológico, mais que de uma simples descrição, o trabalho de Antônio Lopes, além de seu valor documentário, apresenta-se como sugestivo roteiro. — ERASMO d'ALMEIDA MAGALHAES.

ROCHE, Jean — *Une source de Canaã* — comunicação apresentada ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra, 1966, 48 pp.

Tendo como base o processo, instruído por Graça Aranha, sobre os acontecimentos que envolveram Guilhermina Lübke, a partir da qual foi elaborada a personagem Maria de *Canaã*, Jean Roche procura restabelecer o verdadeiro procedimento de Graça Aranha, assim como verificar o material aproveitado por ele na elaboração de seu romance.

Deste modo começa por mostrar os erros cometidos por Renato de Almeida, quando este admitiu que Graça Aranha estava convencido da inocência de Guilhermina Lübke. Apoiado nos documentos relativos ao processo, afirma o A. que "dans le dossier rien n'indique que Graça Aranha ait cru à l'innocence de Guilhermina jusq'à décembre 1890" (p. 6).

Por outro lado, o exame dos documentos tem grande importância no sentido em que permite surpreender algumas fontes de criação de que se serviu o autor de *Malasarte*, pois, afirma J. R.: "L' étude détaillée du dossier révèle que le procès a eu des influences plus larges et plus profondes sur l'action du roman, comme sur les caractères de nombreux personnages, entre autres la dénonciatrice de Maria et surtout Paulo Maciel, le juge municipal de *Canaã*, à qui Graça Aranha donne non pas le rôle qu'il lui-même tenu, mais celui qu'après coup il aurait sans doute avoir joué à Porto do Cachoeiro, le beau rôle qu'il veut que nous le prêtions. Et l'histoire vécue de Guilhermina a permis à Graça Aranha de tisser et tendre les fils de l'action du roman, non seulement grâce à ce qu'il en a conservé, mais surtout grâce à ce qu'il en a modifié ou omis volontairement." (p. 7)

Assim, feitas estas restrições e colocados esses objetivos, Jean Roche inicia o estudo exaustivo do processo e de toda documentação a respeito, como um hábil advogado para desajaçar a verdadeira posição e comportamento de Graça Aranha, verificar os elementos de que se aproveitou na elaboração do romance e apontar os dados comuns entre ambos e as modificações introduzidas pelo romancista.

Ao revés do que se tem dito, nos documentos arrolados por Jean Roche, fica claro que Graça Aranha jamais vacilou em condenar Guilhermina, absolvida pela Câmara Criminal, cujo acórdão nega todo o processo por viciado, imperfeito e

defeituoso, daí a dúvida do A. que, depois de afirmar, indaga: "Graça Aranha avait contibué, ainsi, à maintenir en prison Guilhermina. Est-il sincère quand, dans sa lettre à Veríssimo, il se demande si une innocence n'est pas enfermée dans quelque prison? ou est-ce manière de refouler un remords?" (p. 22)

Ora, o que fica evidente à luz dos documentos examinados por Jean Roche é que Graça Aranha estava convencido da culpabilidade da ré. Por isso a sua reelaboração no romance, na figura de Maria, é uma posição posterior, determinada talvez pelos dramas de consciência em que ficou o juiz. Mas ouçamos ainda uma vez Jean Roche: "Jamais donc, comme juge, Graça Aranha n'a éprouvé de doutes sur la culpabilité de Guilhermina Lübke: rien de ce qu'il a écrit ou signé dans le dossier ne permet de supposer le contraire. Le magistrat n'a ainsi manifesté aucune pitié envers l'accusée. Mais le romancier n'as pas conservé la même attitude envers la protagoniste féminine de *Canal* qui procède de la première, tandis que d'autres personnages sont mis en scène dans le roman un peu comme ils l'ont été dans le procès" (p. 24).

A seguir, o A. passa a enumerar os pontos comuns entre o processo e o romance, o que é feito através do paralelismo entre ambos. Assim, o confronto permite a Jean Roche levantar situações e frases que se repetem iguais, palavras e personagens que se identificam. Fatos insinuados pelas testemunhas ganham fóro de realidade quando o romancista reelabora o drama de Guilhermina-Maria. Com isto, Jean Roche pode constatar que o processo em que Graça Aranha serviu de juiz serviu de fonte a *Canal* fornecendo substancial material ao romancista, no que se refere à personagem Maria.

"Devons nous rappeler tout ce que Graça Aranha a pulsé à cette source? C'est toute l'histoire de Maria, de son apparition à son évasion, racontée souvent avec les mêmes mots, voire avec les mêmes phrases. Même condition, même situation. C'est la scène de l'accouchement clandestin, loin de la maison, l'idée de faire dévorer l'infant par les porcs, la découverte du "crime" par la fille des patrons, la médisance, la persécution. C'est le ressort même de l'action, tendu en un suspense dramatique. Ce sont les personnages tels que la fille des patrons, l'accusatrice, portrait d'Ida; Maria la domestique, la victime, présentée d'après Guilhermina; Maciel, le bon juge, projection compensatrice de la mauvaise conscience que garde le romancier de son rôle dans l'affaire où il a siégé et dont il s'est inspiré. Synthèse, calque, transposition, compensation sont les divers procédés employés pour passer de la réalité à la fiction dans les multiples passages de *Canal* que nous avons pu rapprocher des pièces du dossier de Guilhermina Lübke" (p. 47).

Resalta do trabalho, além da argúcia do A. em perceber certos pormenores e estabelecer suas correlações, o que reiteradas vezes tenho apontado como necessidade urgente e intransferível na crítica e na pesquisa, a seriedade com que se manipulam os documentos na busca exaustiva duma verdade nem sempre fácil de se estabelecer, porque requer paciência e longo trato com os documentos. Jean Roche encerra seu estudo prometendo novas pesquisas sobre o estilo de Graça Aranha, o que foi objeto de minha tese de doutoramento, prestes a ser publicada. Espero que com sua sensibilidade e capacidade ele se debruce sobre o trabalho e traga outra contribuição do valor e qualidade desta comunicação. — JOSÉ CARLOS GARBUGLIO.

SIMON, Michel — MANUEL BANDEIRA. Etude, choix de textes et bibliographie. Dessins, portraits, fac-similés. Paris, Ed. Seghers, 1965. Col. Poètes d'Aujourd'hui n° 132, 191 pp.

Para o leitor brasileiro familiarizado com a coleção "Poètes d'Aujourd'hui" — que pretende divulgar e tornar acessível ao público francês as obras de poetas nacionais e estrangeiros — é uma agradável surpresa encontrar, entre suas últimas publicações, o volume dedicado a Manuel Bandeira. O estudo de Michel Simon,

portanto, terá, forçosamente, de ser analisado sob dois aspectos: em primeiro lugar, apreclaremos seu valor dentro desse contexto, ou seja, integrando uma coleção cujas finalidades definimos; em segundo lugar, num sentido mais amplo, devemos verificar em que medida enriquece a bibliografia crítica de Manuel Bandeira.

Trabalho sério, baseado no conhecimento pessoal do homem, e no estudo da obra do poeta e de sua bibliografia especializada, o ensaio de Michel Simon merece aceitação irrestrita de nossa parte, enquanto se destina à divulgação de nosso escritor para o público estrangeiro. Neste sentido, destacamos o método de trabalho utilizado pelo Autor: ao estudo crítico, segue-se a seleção de textos e bibliografia indispensável. Ilustram a edição desenhos, fotografias e fac-símiles que representam fatos importantes da vida do artista.

O estudo crítico comporta duas partes que caminham paralelamente. O Autor soube fugir à simples coletânea de dados biográficos — desaconselhável neste caso — procurando traçar uma biografia literária: M. S. registra todos aqueles momentos da vida do poeta Manuel Bandeira que exerceram influência decisiva em sua carreira literária; ao mesmo tempo, sugere a evolução da obra poética que, inversamente, esclarece muitos aspectos da personalidade do homem Manuel Bandeira.

Acompanhamos com o Autor o futuro arquiteto — do Recife ao Rio e São Paulo — até o momento em que a doença se revela e interrompe a carreira do estudante, determinando as várias peregrinações pelas cidades mais saudáveis do Brasil e o estágio final em Clavadel, onde conhece Paul Eluard, numa convivência diária que será fecunda para os dois poetas. O gosto literário que o pai de Manuel Bandeira lhe incutira desde a infância aflora nesse momento: a impossibilidade de tornar-se arquiteto faz nascer o poeta, orientado e incentivado vivamente por amigos pessoais.

M. S. procura, então, traçar a exegese da lírica de Manuel Bandeira: desde a publicação de A CINZA DAS HORAS até ESTRELA DA TARDE, sem esquecer as traduções, crônicas, obras de história literária e as peças que compõem o MAFUA DO MALUNGO. De cada coletânea o Autor faz uma apresentação mais geral, que informa o leitor sobre seu conteúdo, detendo-se a seguir em algumas composições que ilustram suas idéias e ampliam a Antologia final. O levantamento temático das poesias acentua a lembrança da infância, passada no Recife, destacando-se sobremaneira a casa do avô, e revela — freqüentemente ao lado do humor — a constante presença da morte, que acompanha o poeta desde a idade de dezoito anos. A poesia de Manuel Bandeira — essencialmente lírica, afastada por completo de uma preocupação social — inspira-se no cotidiano, na vida exterior, mas sem deixar nunca de relacionar-se com a vida interior, pois ele é, menos que tudo, um fotógrafo (cf. Sérgio Buarque de Holanda, introdução à edição Agullar) e as recordações constantes ou os dados da realidade surgem sempre transfigurados por sua fantasia, por seu mundo mítico, por sua "Pasárgada" pessoal.

Para o leitor, a descoberta das fontes de inspiração do poeta se processa paralelamente ao estudo de sua luta pela expressão técnica, porque Manuel Bandeira é, antes de mais nada, um artesão da palavra. Para ele, a poesia se faz com palavras e não com sentimentos ou idéias. E é sobretudo no que se refere à linguagem que irá aproveitar a lição dos poetas brasileiros e estrangeiros que lhe são tão familiares (desde o romantismo alemão e o simbolismo francês, até os trovadores portugueses, Camões ou a nossa tradição poética). Nesse campo, seu amor pela música lhe será fundamental, auxiliando-o a encontrar o ritmo próprio — e a experiência é a tal ponto assimilada que seus versos freqüentemente inspiram compositores brasileiros (Vila-Lobos, Camargo Guarnieri, Jaime Ovalle).

E sua contribuição no plano técnico, mais do que no temático, levará Mário de Andrade a considerá-lo o São João Batista do Modernismo: pois suas experiências, desde os incêlios parnasianos e simbolistas até a purificação poética, com o domínio do verso livre (foi o primeiro brasileiro a usá-lo), do metro fixo e das rimas, inclusive com o aproveitamento consciente das cadências tradicionais, serviram como ponto de partida para os modernistas brasileiros; a poesia "Os

Sapos" foi utilizada como canto de guerra da Semana de Arte Moderna, em 1922, por seu sentido revolucionário, de libertação de cânones ultrapassados.

Para este estudo, serviu-se M. S. do ITINERÁRIO DE PASÁRGADA, a autobiografia literária de Manuel Bandeira. Mas recorre com frequência — diríamos com demasiada frequência — à biografia elaborada por Francisco de Assis Barbosa, às citações de Adolfo Casais Monteiro e à interpretação brilhante de Sérgio Buarque de Holanda referida acima. Por esta razão distinguimos no início desta apreciação os dois aspectos do trabalho de M. S.: destinando-se a um público não brasileiro, ou que não possa utilizar-se das OBRAS COMPLETAS da Agullar — o ponto de partida para a elaboração desta obra — a contribuição do Autor é preciosa, pois faz uma síntese bem feita, muito bem feita, dessa edição.

Mas sentimos que o estudioso francês se tenha apegado tão ciosamente aos críticos e biógrafos brasileiros, omitindo-se quanto à interpretação pessoal do poeta, pois o leitor adivinha que tem possibilidades para isso: seu grande amor pelo escritor brasileiro — inclusive pelo próprio Brasil — e o tom afetoso e intimista que dá a algumas de suas considerações permitem prever a simpatia e a compreensão da obra que admira. É evidente que o aproveitamento da Agullar repousa numa visão pessoal de Manuel Bandeira, comprovada pela própria seleção das peças da Antologia, que exemplificam, com muita propriedade, a evolução da obra de nosso poeta. Essa escolha e a tradução das composições, feita pelo Autor, revelam sensibilidade e consciência crítica, não explorada suficientemente na interpretação de nosso escritor mas entrevista aqui e ali, por exemplo quando o aproxima de escritores franceses. Esta a restrição — a única realmente séria — feita ao agradável ensaio de M.S.: os leitores brasileiros poderiam contar com mais um título na bibliografia crítica bandeiriana, sobretudo por tratar-se de um ponto de vista diferente, dado pela visão particular de um ensaísta francês sobre o lírico brasileiro.

E o resultado só poderia ser proveitoso: para o público e para o Autor. — NEUSA PINSARD CACCESE.

MONTENEGRO, Pedro Paulo — CONVIVÊNCIAS. Anotações e Apreciações. Prefácio de Braga Montenegro. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1966. "Coleção Carnaúba", vol. 3, 217 pp.

CONVIVÊNCIAS, de Pedro Paulo Montenegro, reúne diversos estudos de literatura brasileira e hispano-americana publicados primeiramente em jornais. Os primeiros trabalhos, especificamente sobre teoria literária, revelam o conhecimento que tem o A. de vasta bibliografia — a mais atualizada — sobre o assunto, conhecimento que marcará todos os outros artigos, pois a preocupação de teorizar ou aplicar conceitos teóricos aos autores e obras analisadas evidencia-se em todo o livro.

Procurando, inicialmente, expor as diversas conceituações de termos como literatura, obra literária, gênero literário, estilística, crítica ou comentário de texto, o A. passa, a seguir, a analisar, fundamentado nessas premissas, poetas e romancistas de sua preferência, destacando-se, entre outros, Fran Martins e Milton Dias, Pedro Salinas, Larreta, Gabriela Mistral, Alonso Ercilla y Zúñiga.

As "Anotações" de P.P.M., que revelam sua erudição e amor à literatura, nos incitam a rever e atualizar conceitos de teoria literária, tendo como base os mais atuantes teóricos do momento, mas sem esquecer os primeiros estudiosos desse problema. Ao mesmo tempo, por suas "Apreciações", sentimos-nos convidados a "conviver" com alguns ficcionistas brasileiros, contemporâneos nossos, estendendo essa amizade a autores de países vizinhos, tão pouco conhecidos, mas tão próximos de nós pela semelhança que possuem com nossos próprios escritores. — NEUSA PINSARD CACCESE.

BEIGUELMAN, PAULA — Pequenos estudos de Ciência Política, São Paulo, Editora Centro Universitário, 1967, 120 pp.

A presente publicação consta de cinco estudos pròpriamente ditos, complementando-se com o exame crítico de sete obras de capital interesse para a Ciência Política em geral, e a interpretação da realidade brasileira em particular. A Autora, em nota preliminar, apresenta os referidos estudos como "unidades autônomas de pesquisa e reflexão" que integram "âmbitos de exposição maiores cuja formulação mais completa será objeto de futuros trabalhos". Constitui, realmente, esta obra, uma primeira comunicação impressa, de alguns pontos básicos de reflexão teórica sôbre a problemática fundamental brasileira que tem orientado a prática científica de Paula Beiguelman em suas atividades de ensino e pesquisa na Universidade de São Paulo.

Embora sejam os "Pequenos Estudos" apenas partes integrantes de futuras exposições mais amplas, são eles suficientes para a compreensão dos elementos essenciais do esquema metodológico da Autora, que nos parece sua mais valiosa contribuição à Ciência Política. Tentaremos ressaltar, neste comentário, o sentido dessa contribuição.

Partindo de uma compreensão da realidade, como um sistema no qual, sôbre a base de uma economia, articulam-se "estrutural-funcionalmente" os demais níveis, a Autora distingue um plano econômico e um plano político, constatando a vinculação dêste àquele, em termos globais. Esta vinculação da organização política à estrutura econômica, assim definida, leva à admissão de uma dinâmica própria do plano político.

Tomando a problemática política nacional como objeto de investigação teórica, a Autora coloca como ponto inicial de discussão um problema de ordem geral — a caracterização do escravismo moderno e sua destruição. Refutando as teses correntes que costumam propor a destruição da escravidão negra na América em termos de um processo de depuração progressiva do capitalismo, Paula Beiguelman demonstra que o sistema capitalista, embora analticamente se construa com referência ao trabalho livre, histórica ou empiricamente implica em um complexo que inclui o escravismo colonial como elemento de acumulação de capital. Não haveria, portanto, uma incompatibilidade entre Capitalismo e Escravidão mas, ao contrário, esta se constituiria como uma criação daquele. Como se teria dado então a destruição do escravismo capitalista? Na resposta a essa questão a Autora tomou como marco a Revolução Industrial, mostrando que na fase que a antecede, o tráfico constituía fator básico de acumulação, e na medida em que o escravo, como mercadoria, era insubstituível, o escravismo inseria-se no sistema como elemento indispensável. Após a Revolução Industrial, porém, modifica-se o quadro: a economia, capaz de dispensar o tráfico, como fator de acumulação de capital, continua a incluir o escravismo, porém com outra função: a de fornecimento de mão-de-obra barata. Porém, o escravo, como elemento fornecedor de trabalho barato, não é insubstituível. Portanto, desaparece a relação de *necessidade* que ligava o escravismo ao sistema inclusivo, para surgir uma nova relação de *indiferença*, que torna sua destruição não *necessária*, mas possível. As circunstâncias em que essa indiferença leva à destruição efetiva serão buscadas na análise das situações particulares: Antilhas Ingêlasas, Antilhas Francesas, Estados Unidos, Cuba e Brasil.

A adoção desta tese invalida as explicações correntes sôbre a ação Ingêlsea na repressão ao tráfico. Da mesma forma, a idéia comum de que as economias centrais estariam interessadas na substituição do escravismo por um sistema baseado no trabalho livre, e capaz de criar uma massa com poder aquisitivo, é também negada pela Autora. Observa ela que realmente as economias tropicais são encaradas pelas economias centrais, primordialmente, como produtoras de gêneros baratos para consumo e comercialização e só secundariamente como centros consumidores. O desempenho do papel de produtoras tropicais implica em uma estrutura de trabalho barato que "encontra sua ilustração exponencial justamente no escravismo".

Discutida em seus termos principais a questão teórica da destruição do "escravismo capitalista", a Autora passa à segunda unidade de estudo, tomando como



foco de análise o encaminhamento político do problema da escravidão no Brasil. Acompanhando cada um dos passos desse processo político, são explicados os três momentos de depreciação do escravismo: a extinção do tráfico, a Lei do Ventre-Livre e a Abolição. A Autora mostra como no nível imediato de expressão de interesses de grupos não se encontra uma explicação para essas medidas anti-escravistas. Porém, elas são executadas através de um jogo político entre a Coroa e o sistema bi-partidário nacional. Os dois partidos imperiais ver-se-ão conduzidos à sanção dessas medidas através de uma disputa política ante o Moderador e o eleitorado agrário, agindo como elementos integrantes de uma organização política que, vinculada a um mercado nacional de escravos, desaparece com ele. O "como" do encaminhamento desse processo de destruição do escravismo no Brasil seria então explicado pela própria dinâmica da esfera política, enquanto que o "porquê" seria buscado nas exigências do plano econômico, ou seja, nas próprias determinantes do sistema.

O pressuposto metodológico de uma dinâmica própria do plano político leva a Autora a elaborar o terceiro estudo que, versando sobre o processo político-partidário no Império durante o período de 1840 a 1869, exemplifica a maneira pela qual se podem estabelecer "os nexos dinâmicos estritamente essenciais da realidade política, na sua concreção histórica". Paula Beiguelman escolheu o exame desse período como ilustração do processo político-partidário imperial, construído a partir da hipótese de uma exigência do sistema para preservar, no plano partidário, o esquema básico dual.

A análise nos permite acompanhar uma primeira fase (da Maloridade à Conciliação) em que os partidos estão organizados num esquema dual apenas perturbado pela presença da facção áulica; e uma segunda fase (da Conciliação a 1868) em que as forças políticas são três, mas polarizam-se dualmente, para depois de 1869 redefinirem-se como novos Partidos — Liberal e Conservador, voltando ao esquema dual.

Passando da reflexão sobre a organização política imperial, ao exame da organização republicana, a Autora discute, em sua quarta unidade de estudo, as interpretações de Nelson Werneck Sodré sobre a História da República, iniciando o debate teórico em torno dos pressupostos metodológicos desse Autor. Aponta na obra de Werneck o estabelecimento de uma conexão entre a organização política da Primeira República e a dominação do latifúndio. Assim, o saneamento financeiro seria para esse autor o correlato do triunfo do latifúndio sobre as demais classes; a política da defesa do café também revelaria a dominação do latifúndio sobre os outros setores; as oligarquias seriam manifestações da dominação econômica, social e política do latifúndio. Quanto à superação da Primeira República, a agitação da década de 20 e a revolução de 30 são por ele interpretadas em termos de um conflito entre o setor interno e o agrário, como uma luta entre burguesia e latifúndio.

A discussão dessas teses leva Paula Beiguelman a expor suas próprias hipóteses a respeito de pontos básicos na interpretação do período republicano: o problema da emergência da economia de mercado interno no Brasil, a consolidação de um núcleo industrial, a relação histórica entre o setor da economia urbana e o setor exportador. No desenvolvimento destas hipóteses, explica a Autora que, por volta da década de 1920, o setor interno estaria em condições de transformar-se em novo núcleo dinâmico do crescimento econômico. O processo de criação dos germes dessa economia de mercado interno teria sido estimulado pela emergência de condições para que a economia pudesse absorver uma massa de trabalhadores-consumidores (o que teria ocorrido através da grande imigração subvencionada).

O problema da consolidação de um grupo industrial no Brasil é tratado através de uma focalização da conjuntura econômica no período de 40 a 60, considerado como situação exemplar, porquanto seu exame permite "inferências válidas também para uma época posterior". A Autora distingue a atividade industrial desenvolvida no período 40-60, da que começa a se desenvolver depois de 1870 na área cafeeira.

Esta última daria origem à nossa indústria atual e seria basicamente diferente da primeira, por estar vinculada a uma estrutura de mercado interno. O desenvolvimento industrial anterior a 70 seria explicado como simples recurso para a "manutenção do tonus de uma economia cujas condições gerais não são de maneira fundamental alteradas pela sua presença".

A política financeira do início da República é interpretada em termos da necessidade de criação de recursos financeiros abundantes (decorrente da falta de numerário que acompanha a abolição e o estabelecimento da corrente imigratória) e o saneamento financeiro como a correção do excesso inflacionário (que depreciava a renda agrária) a fim de restabelecer o equilíbrio rompido. O setor urbano seria, pois, em face da política financeira, um simples beneficiário provisório e não um fulcro determinante.

Quanto à política de valorização do café, sendo a responsável pela expansão da cafeicultura (em cujo contexto se incluía a imigração como elemento dinâmico) estaria indretamente desenvolvendo o novo setor industrial e o mercado interno.

A República, outrossim, pode ser pensada como um sistema que corresponde, no plano político-administrativo, a uma "relativa autonomização econômica do setor de vanguarda (paulista)". A indagação situa-se, então, no plano econômico, ao nível das relações entre o setor externo dominante e o interno em gestação, dentro de um processo de crescimento geral da economia; no plano político, no âmbito da interação entre os componentes do sistema político-administrativo descentralizado. A estrutura latifundiária não seria a determinante, "mas o *milieu* em que se organiza, no quadro da economia inclusiva, o sistema político global". A explicação da agitação da década de 20 ou da revolução de 30 seria buscada na sua correspondência com a eclosão de uma crise institucional, ligada à transformação das bases estruturais que "havia dado sentido ao sistema político-administrativo descentralizado".

O quinto estudo trata do processo político-partidário brasileiro, de 1945 ao plebiscito. Dentro de uma análise estrita do plano político-partidário, a Autora acentua a natureza do jogo dos partidos, caracterizando as condições de emergência de uma Esquerda como força política, dentro de um sistema multi-partidário, centrado em três grandes partidos nacionais PSD, PTB e UDN. Dada a natureza desses partidos, encontra-se em cada um deles a representação de "toda a gama de posições", porém, da própria dinâmica das forças políticas criadas durante a ditadura, resultara que o ponto de vista do setor exportador tendia a buscar expressão partidária na UDN. Daí a adesão nacionalista canalizar-se para o campo PSD-PTB. A Autora acompanha, dentro desse quadro de referências, o governo Vargas e a ação do grupo oposicionista liderado por Lacerda. O suicídio do Presidente teria conferido ao PTB um conteúdo ideológico; a ligação deste grupo a elementos comunistas, em nome da luta contra o imperialismo, levaria a oposição a uma atitude de combate ao radicalismo em geral, sob a acusação de comunismo.

Assim, o processo desencadeado em 54 conduziria à radicalização das teses nacionalistas. Considerando o plano econômico, evidencia-se já: a inoperância das teses do liberalismo econômico no que diz respeito ao comércio exterior e o esforço do país para o estabelecimento da empresa estatal. A base política dada àquele radicalismo pela organização sindical e a ampliação da tendência radical da organização estudantil contribuem para que os grupos radicais passem a perceber-se como força política em ascensão, tendendo a estruturar-se como uma Esquerda. Paula Belguelman analisa o governo Jânio Quadros, acompanhando as atitudes políticas da Esquerda em face desse governo, a reivindicação legalista por ela liderada, na defesa da posse do Vice-Presidente após a renúncia, a oposição das Forças Armadas a esse movimento e a emenda parlamentarista à Constituição, como forma acomodativa para o encerramento da crise. Essa limitação dos poderes do então Presidente levava a Esquerda a lutar agora pelo restabelecimento pleno da Constituição de 46. Todavia, João Goulart submeteu-se à emenda constitucional. O plebiscito de 6 de janeiro de 63 revela uma votação expressiva contra o parla-

mentarismo, interpretada como apoio ao Presidente, o que leva a Autora a considerar essa fase como a clímax da ascensão governamental. Se a Esquerda passara por uma fase de pessimismo com relação às suas próprias perspectivas, no período imediatamente anterior, agora a campanha do plebiscito oferecia a ela uma conjuntura positiva, na qual "a luta pela implantação do presidencialismo é transformada em batalha pelas reformas estruturais, sob a sua liderança".

Esperamos ter mostrado com este resumo das idéias contidas no trabalho de Paula Belguelman, sua grande contribuição ao campo da investigação teórica sobre a realidade política brasileira, contribuição que tem seu maior sentido na abertura de diálogo com outros autores conceituados a respeito de seus pressupostos metodológicos e das interpretações daí decorrentes; na reflexão *realmente científica* sobre a problemática brasileira em seus níveis mais profundos; na recusa à adoção de esquemas prontos, supostamente válidos para tôdas as economias periféricas e aplicados sem a necessária consideração da especificidade do caso brasileiro; no reconhecimento do devido valor da consideração do empírico e do histórico na construção de hipóteses; na possibilidade de elevação do ensino da Organização Política Brasileira a um alto nível de reflexão teórica. — NELY PEREIRA PINTO CURTI.

LARAIA, Roque de Barros e Matta, Roberto da — *Índios e Castanheiros — A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*, Coleção "Corpo e Alma do Brasil", S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, 146 pp., com 3 fotografias e 1 mapa.

A região do Médio Tocantins foi apontada por Roberto Cardoso de Oliveira, do Museu Nacional da Universidade do Brasil, como uma das áreas a serem privilegiadas pela pesquisa étno-sociológica, na medida em que o contato entre brancos e índios assume aí formas bem definidas do que se convencionou chamar de "fricção-interétnica". Dentro desta perspectiva metodológica, a situação de mudança decorrente do contato entre grupos culturalmente diversos, tem que ser estudada não em si, mas em relação à sociedade envolvente, que é a principal responsável pela forma com que o grupo tribal será integrado ou não em um de seus segmentos. Assim, algumas questões são prioritárias dentro desta abordagem, como a compreensão das razões que levaram os brancos a entrar em contato com as tribos indígenas, o entendimento minucioso de como se estrutura essa sociedade local dos brancos, quais as intenções dos civilizados face aos índios. Trata-se de uma posição metodológica que se pretende "enracinée", procurando não só oferecer o relato ou descrição da vida tribal face ao contato, mas busca as implicações mais profundas deste contato, seus móveis, dinâmica e perspectivas.

Foi dentro desta preocupação, e sob esta perspectiva que Roque de Barros Laraia e Roberto da Matta efetuaram suas pesquisas de campo, cujo resultado constitui o presente livro. O trabalho é dividido em 2 partes, cabendo ao primeiro Autor o estudo do contato interétnico de duas tribos Tupi, a dos Akuáwa-Asurini e a dos Surui, com brancos, e ao segundo, o estudo dos mesmos mecanismos entre o grupo Jê dos Gaviões. Embora se perceba nítidas diferenças na maneira de expor e conduzir o problema, os dois autores apresentam neste trabalho unanimidade em apontar que a dinâmica do contato deve sempre ser analisada a partir da sociedade nacional, que através de suas frentes pioneiras (ou "regionais" como diz Laraia) reflete um interesse definido face à tribo, interesse que na maioria das vezes se prende ao desejo de apropriação das terras que são habitadas pelos índios, podendo apresentar também formas mais sofisticadas, como a exploração dos silvicultas como mão-de-obra barata nas atividades extrativas, ou fornecedores de produtos básicos para a subsistência dos regionais. É importante salientar que o tipo de relação que a sociedade nacional estabelece com os índios mantém vinculações extra-regionais, refletindo muitas vezes as próprias oscilações do mercado mundial, que se enraza nestas franjas pioneiras através da manipulação das agências do poder político.

Contudo, ao lado desta perspectiva, temos que observar que a dinâmica do contato dependerá também do próprio tipo de organização social do grupo indígena. Destarte, por exemplo, a sociedade Akuáwa-Assurini, devido ao seu sistema matrimonial não funcional, reagiu ao contato de maneira muito mais instável e insegura, em comparação com seus vizinhos Suruí, que dispoñdo de um sistema de trocas matrimoniais que reforçava a solidariedade grupal, manteve contato com o mundo do branco de maneira menos desastrosa que os primeiros. Todavia, o efeito desintegrador do contato com os civilizados é uma constante trágica que afeta indistintamente as sociedades tribais.

Sintetizando ainda o pensamento dos Autores, vemos como o contato da sociedade brasileira com os grupos indígenas, quer se trate de Jê ou Tupi, acarretou conseqüências gravíssimas para tais grupos, numa sucessão de catástrofes que começam pela violenta depopulação, desorganização sócio-cultural, marginalização e até mesmo extinção total da tribo. Tais mudanças tão cruciais são abordadas no decorrer do livro em três níveis distintos, mas interminentes: no nível da cultura, da sociedade e da personalidade. E para apreender profundamente este processo, os Autores são cuidadosos em registrar o histórico do contato e a dinâmica do envolvimento das tribos pela sociedade nacional. Tal abordagem diacrônica, especialmente no caso dos Gaviões e Assurini é enriquecida com a descrição do sistema de parentesco destas tribos antes do contato, cuja finalidade foi primeiramente comparar duas formas organizacionais distintas, e em seguida, mostrar como os regionais levaram à ruína tal sistema que era básico para a sobrevivência tribal. Ao lado desta reconstrução histórica, o estudo sincrônico da estratificação social e da estrutura de poder entre os regionais constitui um dos pontos básicos para a compreensão da dinâmica inter-étnica nas regiões extrativas do norte do Brasil.

Este trabalho, como se vê, representa uma valiosa contribuição tanto para a antropologia como para a sociologia, na medida em que, como um "estudo de caso" do contato interétnico de 3 tribos indígenas com a sociedade nacional, teve o privilégio de registrar, com todo o viço, o momento histórico da diluição de um povo. Tal registro deixa bem claro quão sinistra é a situação atual e as previsões futuras para as sociedades indígenas quando envolvidas por determinados segmentos da sociedade nacional brasileira. — LUIZ MOTT.

